



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

UM GRANDE AMOR PELA ARTE I

A Câmara de Vila do Bispo gastou 121 800 euros com uma escultura ao Infante D. Henrique. Este caro amor pela arte, que os nossos autarcas revelam, apesar da crise, merecia uma medalha

“Bloco Central não deve ser colocado ao serviço de um bloco central de interesses”

JORGE SAMPAIO



UM GRANDE AMOR PELA ARTE II

A Câmara de Vila Nova de Famalicão gastou uns bons milhares de euros numa obra escultórica para comemorar os vinte anos da instalação da Universidade Luisada no concelho. Notável amor

CORREIO INDISCRETO

POR ANTÓNIO RIBEIRO FERREIRA
correioindiscreto@correiomanha.pt



CASO BPN ■ OLIVEIRA E COSTA, EX-PRESIDENTE DO BANCO, ESTÁ ESPANTADO COM O QUE OUVI NO PARLAMENTO

“São cegos, são surdos e são mudos”

José Oliveira e Costa continua detido nas instalações prisionais da Polícia Judiciária e tem sido inquirido sobre diversos processos relacionados com a actividade do BPN ao longo dos anos em que foi presidente. O facto de estar preso não tem afastado Oliveira e Costa da realidade e muito menos do que vai acontecendo na Comissão de Inquérito Parlamentar ao caso BPN. Os deputados da comissão têm chamado a São Bento inúmeros colaboradores do banco, com diversos graus de responsabilidade na estrutura do Banco Português de Negócios e da Sociedade Lusa de Negócios. Muito recentemente, no final



Inquérito ao BPN revela qualidades de muitos dos seus quadros

de mais uma das inquirições, Oliveira e Costa teve uma conversa amena e informal com os inspectores que o tinham interrogado. A dado passo, o ex-presidente do BPN, irónico, afirmou o seguinte: “Todos os meus colaboradores foram escolhidos a dedo, por serem fiéis e competentes. Nos últimos tempos, tenho descoberto que, afinal, tinham outras características. São cegos, surdos e mudos. Não se lembram de nada, nunca viram nada.” Como é óbvio, Oliveira e Costa não referiu qualquer nome em particular, mas a carapuça deve estar a ser enfiada por muitos quadros e ex-quadros que já passaram na Assembleia da República. ■



Oliveira e Costa queria no BPN quadros fiéis e competentes

OS POUPADINHOS
A irresistível tentação pelos popós

■ No meio da tempestade económica que o País vive, e apesar dos inúmeros anúncios de contenção e controlo das despesas do Estado, há sempre formas de contornar as boas intenções de tanta alma generosa que nos governa. Vejamos mais um caso. A Secretaria-Geral do Ministério da Saúde fez um aluguer operacional de uma viatura por 50 731 92 euros. Extraordinário. O Estado agora não compra, faz contratos de aluguer operacional. A imaginação para gastar não tem limites. ■

OS GASTADORES
Jamais greves na CP e Refer

■ Num ano cheio de eleições o ministro das Obras Públicas não tem mãos a medir. Por isso mesmo, Mário Lino teve uma intervenção vigorosa para travar as ameaças de greve na CP e na Refer. O ministro deu ordens às administrações para darem tudo o que os sindicatos queiriam. “Greves é que jamais!” ■



Isaltino de Moraes vai ter vinho do bom para dar e vender aos amigos

VINHO DE CARCAVELOS
Isaltino compra 200 pipas

■ O presidente da Câmara de Oeiras sabe o que é bom e não se poupa a esforços para salvaguardar as iguarias do seu concelho. Por isso mesmo, Isaltino gastou 74 800 euros na compra de 200 pipas do famoso e maravilhoso Vinho de Carcavelos. E para não deixar nada ao acaso, gastou mais 18 500 euros para a concepção de garrafas e a respectiva rotulagem. O Vinho de Carcavelos comprado pela Câmara vai andar por aí, provavelmente em prendas, com o nome do conde de Oeiras.

EM BUSCA DO FRANCISCO LOUÇÁ PERDIDO



JUNTAR FORÇA

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

■ **Traidor!** Os insultos e agressões a Vital Moreira deixaram o Bloco de Esquerda muito engastado. Francisco Louçá desapareceu do mapa, ele que fala sobre tudo e mais alguma coisa. E o PCP já fala na aliança BE/PS.



BE quer apurar situação do BPN na compra de clínica em Coimbra

Nacionalização. O Centro Hospitalar de S. Francisco, do grupo SLN, comprou uma clínica depois de o Estado ter assumido o controlo do BPN

EVA CABRAL

O deputado João Semedo, do BE, quer que o Ministério das Finanças esclareça a situação em que se encontra o Centro Hospitalar de S. Francisco (CHSF), em Leiria, na sequência da nacionalização do BPN, já que este centro hospitalar, propriedade do grupo SLN, comprou uma clínica privada que se encontra em situação de falência técnica, sem o consentimento da administração do banco.

O BE refere, em requerimento enviado ao gabinete de Teixeira dos Santos, que "com a nacionalização do BPN e o respectivo regime jurídico de apropriação pública por via de nacionalização, o Estado assumiu também a gestão do CHSF de Leiria, que era detido por este banco". Segundo João Semedo, "o Estado, que já injectou quase dois mil milhões de euros no BPN, pode vir a acumular um prejuízo ainda maior com a compra



João Semedo denuncia acréscimo de prejuízos para o BPN

desta clínica em Coimbra.

O BE lembra que a lei da nacionalização é clara: "Os membros dos órgãos de administração das sociedades nacionalizadas não podem celebrar quaisquer actos ou contratos susceptíveis de alterar a situação patrimonial empresa, estando limitados a actos de gestão corrente, sob pena de nulidade dos actos e contratos em causa e da responsabilidade pessoal pelos danos resultantes daqueles." Esta legislação não está,

contudo, a ser cumprida pela Administração do Centro Hospitalar, pois foi celebrado um "Acordo de Entendimento" para aquisição de uma unidade de saúde em Coimbra - GPSaúde - Clínica de Coimbra, S.A. Este acordo, assinado a 31 de Março de 2009, marcava para 30 de Abril do mesmo ano a data-limite de celebração do contrato, que ainda não foi firmado. No entanto, desde 1 de Abril, a gestão da Clínica de Coimbra é da inteira responsabilidade do CHSF. ■



COM MEDO DE RETALIAÇÃO DOS ACCIONISTAS Sócrates sem espaço para deixar falar o BPP

A decisão de deixar o BPP falir pode já estar ultrapassada, dado o Governo temer que possa ter consequências no crédito, mas sobretudo nos accionistas como Francisco Pinto Balsemão, dono do grupo Impresa, ou Stefano Saviotti e Diogo Vaz Guedes, personalidades influentes e que podem prejudicar gravemente o Governo e o PS nas eleições que se aproximam. Por outro lado, se o banco fosse à falência, o Estado poderia enfrentar impugnações e até enfrentar a exigência de indemnizações.

O Banco Privado Português (BPP) decidiu suspender todos os pagamentos aos clientes. Esta medida, com efeito imediato, foi tomada no âmbito da dispensa pelo Banco de Portugal do cumprimento pontual de obrigações contraídas pelo banco. Segundo apurou o "Negócios", esta decisão abrange, entre outras operações, os depósitos que ainda não terão sido liquidados na sequência do empréstimo de 450 milhões de euros garantido pelo Estado.

A administração do BPP decidiu esta suspensão na reunião do passado dia 24 de Abril, tendo entretanto informado as autoridades, nomeadamente o Banco de Portugal e o Ministério das Finanças. O argumento utilizado para justificar a medida foi a necessidade de garantir um tratamento equitativo de todos os clientes, numa altura em que continua em cima da mesa um cenário possível de insolvência. Por outro lado, os clientes do Banco Privado Português (BPP) decidiram internacionalizar as suas queixas. Para tal, enviaram uma carta à comissão europeia responsável pela defesa dos consumidores, Meglena Kuneva, que sublinhou, na semana passada em Portugal, que "os clientes têm o direito de não serem assaltados pelos bancos".

Relatório com Constância

O BdP já enviou para o Ministério das Finanças o relatório final apresentado pela actual gestão do BPP, que defende uma solução que viabiliza a instituição através da criação de um megafundo especial de investimento mobiliário para receber os activos dos clientes associados aos produtos garantidos. Em causa estão investimentos de 1,2 mil milhões de euros, mas que valem actualmente cerca de 550 milhões de euros. Estes activos não têm sido classificados pelo BdP como depósitos, embora a CMVM já tenha vindo a público alegar que existem casos que podem configurar depósitos tradicionais. Se as autoridades alinharem por esta visão, então em caso de insolvência o Governo terá de responsabilizar-se pela restituição aos clientes das verbas até ao montante de 20 mil euros. O ministro das Finanças já veio dizer que o Governo garantia os depósitos dos clientes bancários, em caso de falência das instituições, e, no caso do BPP, avançou com um aval estatal de 450 milhões de euros para sustentar um financiamento bancário envolvendo seis bancos.

Segundo a imprensa não existe consenso no Governo quanto à solução que deve ser adoptada no BPP, na medida em que há quem defenda a sua falência, enquanto outros entendem que se deve apostar na viabilização. Esta divisão quanto ao caminho a seguir no caso do BPP existe também no BdP, embora a última palavra sobre o seu futuro tenha sempre de partir do Governo. Isto porque será o Estado [o BdP não pode auxiliar as instituições, nem conceder crédito] que terá de avançar com uma injeção de fundos de 150 milhões de euros para salvar o BPP, conforme consta do plano de salvamento do banco entregue a Vítor Constância por Adão da Fonseca. A nomeação da actual gestão provisória partiu do Ministério das Finanças.

Em nota enviada ao Governo, o BdP sublinha que,

em caso de viabilização, a solução fixada deve ser consistente e não constituir um precedente e qualquer solução de viabilização deve ser consistente de modo a não constituir um precedente. Meios próximos do primeiro-ministro chamaram, contudo, a atenção à SIC, para o facto da falência poder ter consequências ao nível do custo do financiamento a Portugal.

Pazes feitas entre Carlos Tavares e João Rendeiro

Como sinal de mudança de atitude, o presidente da CMVM esclareceu João Rendeiro, dizendo: "Em momento algum fiz qualquer referência ou juízo" sobre o ex-presidente do BPP.

Recorde-se que depois do presidente da CMVM ter, alegadamente, comparado a situação do BPP ao caso Madoff, e de João Rendeiro ter anunciado um processo judicial para defender o seu bom nome, tudo está agora sanado.

Carlos Tavares enviou, entretanto, a João Rendeiro uma carta, na qual procurou clarificar as suas declarações proferidas na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças. Sem nunca pedir, directamente, desculpas pelas afirmações, o presidente da CMVM defende que as suas palavras foram retiradas de contexto. Ainda assim, Tavares admite que "tendo em conta o tratamento noticioso que foi dado às declarações em apreço, não me custa a admitir que a sua forma poderia ter sido mais feliz, de modo a evitar quaisquer interpretações menos apropriadas".

Esta carta está entretanto a ser lida como um sinal de desanuviamento entre as autoridades e os accionistas do BPP. Depois do que alguns sectores têm considerado a desastrada intervenção no BPN por parte do ministro das Finanças Teixeira dos Santos, as autoridades descartam a nacionalização do BPP, mas admitem avançar com os 150 milhões de euros solicitados pela nova administração do banco.

Outro dos condicionamentos da decisão podem ser as impugnações e as indemnizações. O Governo poderá enfrentar uma série de impugnações ao seu direito preferencial sobre os créditos do Banco Privado Português (BPP), no caso de a instituição ser declarada insolvente. Uma situação que poderá transformar o processo de insolvência numa longa maratona jurídica para validar os privilégios creditícios do Estado, previstos no momento da prestação de garantias ao empréstimo de 450 milhões no início do último mês de Dezembro. Segundo a edição de quarta-feira do "Negócios", as equipas jurídicas contratadas pelas centenas de clientes do Privado têm já preparados vários cenários de litigância na eventualidade de ser declarada a insolvência.

Uma das etapas passa pela impugnação do direito preferencial creditício do Estado, no âmbito das garantias dadas após terem sido disponibilizados, por seis bancos, 450 milhões ao BPP. Uma linha de crédito que visou "fazer face às responsabilidades do passivo perante depositantes e outros credores", como se pode ler no despacho 31268-A/2008 de 4 de Dezembro.

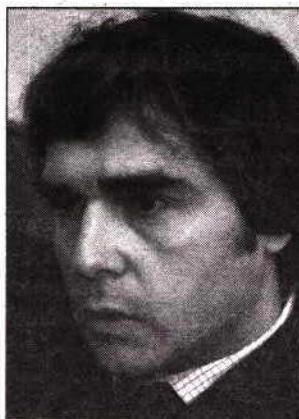
Segundo revelou, à época, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, o Estado assegurou garantias a esse empréstimo avalizado num valor superior a 600 milhões. As garantias, contudo, terão, entretanto, perdido valor.

O Estado mantém ainda o seu direito de preferência sobre a massa falida. No entanto, os advogados dos clientes acreditam que será possível questionar a validade jurídica dessas garantias, tendo em conta que foram asseguradas num momento em que a situação financeira do banco já era delicada.]



GOVERNO "INCOMPETENTE" NA NACIONALIZAÇÃO DO BPN

EO deputado Nuno Melo, do CDS-PP, acusou ontem o Estado de incompetência na forma como levou a cabo a nacionalização do Ban-



co Português de Negócios (BPN). "Houve incompetência do Governo", sublinhou explicando que "as circunstâncias em que o governo decidiu a nacionalização do BPN pecaram manifestamente por omissão de informação". "Há muita informação que o Governo podia ter obtido", alertou o deputado centrista. Nuno Melo visou ainda, na sua intervenção, a actuação do Banco de Portugal (BdP) por não ter actuado perante os sinais de alerta revelados pelos relatórios de inspecção que a autoridade bancária levou a cabo, datados de 2002 e 2005. Para o também candidato às europeias, pelo CDS-PP, a instituição liderada por Vítor Constâncio "teve todos os indícios" mas "não reagiu nem sancionou". "Percebe-se que já em 2002 o BdP comprovou que o BPN e a SLN negaram informação, recusar ceder documentos e prestaram informação incompleta", afirmou Nuno Melo, concluindo: "A supervisão falhou clamorosamente". O deputado do CDS-PP prometeu ainda que o partido irá revelar mais dados relacionados com o caso BPN até ao final da comissão de inquérito, que deverá encerrar os trabalhos na próxima semana. GFC